



65930.14521

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

RELATÓRIO Nº , DE 2013

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem nº 5, de 2013 (nº 24, de 1 de fevereiro de 2013, na origem), da Presidente da República, que *submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic*a.

RELATOR: Senador **CRISTOVAM BUARQUE**

A Constituição Federal atribui competência privativa ao Senado Federal para apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos Chefes de Missão Diplomática de caráter permanente (art. 52, inciso IV).

Nesse sentido, esta Casa é chamada a se manifestar sobre a indicação que a Presidente da República faz do Senhor EDGARD ANTONIO CASCIANO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil junto à República Helênic

De acordo com o currículo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) em atendimento a preceito regimental, o indicado nasceu em 12 de junho de 1950, em São Paulo/SP. É filho de Carmine Casciano e Stella Vera Perrone Casciano.

Graduou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo em 1974. Frequentou o Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco no ano de 2003, quando defendeu a tese intitulada "Tendências da

M.





65930.14521

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

política externa da Alemanha reunificada: continuidade e mudança”.

Em 1982, titulou-se como Terceiro-Secretário na carreira diplomática. Tornou-se Segundo-Secretário em 1986 e Primeiro-Secretário em 1992. Foi promovido a Conselheiro em 1998. Ascendeu a Ministro de Segunda Classe em 2005 e a Ministro de Primeira Classe em 2009, sempre por merecimento.

Entre as funções desempenhadas pelo diplomata, destacam-se a de Primeiro-Secretário na Embaixada em Atenas (1994/96); Chefe Substituto na Divisão de Programas de Promoção Comercial (1997); Conselheiro na Embaixada em Berlim (2000/03); Conselheiro e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Washington (2004/06); Embaixador na Embaixada em Damasco (2008/10). Para além dessas atribuições, o indicado contribuiu significativamente nos trabalhos do Instituto Rio Branco na condição de Membro (2010), Vice-Presidente (2011) e Presidente (2012) de bancas examinadoras dos respectivos Cursos de Altos Estudos (CAE).

O Ministério das Relações Exteriores anexou à mensagem presidencial sumário executivo sobre a República Helênica. O documento, além de abordar relações bilaterais com o Brasil, dá notícia sobre dados básicos dos países, suas políticas interna e externa, bem como sua economia. Do texto oferecido, ocorreu-nos destacar o que segue.

Destacamos, de início, a circunstância de que ambos os países declararam sua independência em 1822. O estabelecimento de relacionamento formal entre os dois Estados, no entanto, ocorre no ano de 1912 com a nomeação do primeiro Embaixador brasileiro para a Grécia. Esse fato, contudo, não inviabilizou o estabelecimento da primeira comunidade grega no Brasil na ilha de Florianópolis em 1883. Vê-se, assim, que os vínculos que nos unem são mais antigos.

As relações bilaterais, que têm sido marcadas por intensa cordialidade, fortaleceram-se com o tempo mediante celebração de acordos em distintos domínios (comércio; previdência social; turismo; cooperação cultural e educacional; cooperação em assuntos econômicos, científicos, tecnológicos e de inovação). Nessa ordem de ideias, merecem registro as visitas oficiais da Presidente Dilma Rousseff (2011) e do então Chanceler Celso Amorim (2009).

h.





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

O fato de a Grécia ser membro da União Européia (UE) dá, de tal ou qual maneira, o tom de seu posicionamento em determinados assuntos na esfera multilateral. O governo grego tende a acompanhar as políticas europeias nos domínios exclusivos do bloco. Entretanto, nos espaços em que prepondera a vontade individual dos membros da UE, a Grécia tem se revelado parceira importante (p.ex. apoio à candidatura do Brasil a assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas).

As relações econômicas, por seu turno, são bastante equilibradas. Verifica-se regular superávit comercial em favor do Brasil e balança de serviços vantajosa para a Grécia. As trocas comerciais, que não são desprezíveis, podem melhorar. Nesse sentido, os setores portuário e naval, bem como os de energia e turismo apresentam imensas possibilidades. O maior desafio, nesse domínio, está na superlativa crise econômica por que passa o Estado grego no momento presente.

Com efeito, desde 2009 a Grécia experimenta restrições econômicas severas. Elas são, em derradeira análise, resultado do seu imenso déficit fiscal [13,6% do Produto Interno Bruto (PIB)]. Essa circunstância levou o país ao epicentro da crise econômica europeia de 2010. A dimensão dos desafios enfrentados pelo povo helênico pode ser auferida tendo em conta o fato de a UE e o Fundo Monetário Internacional (FMI) terem implementado o maior plano de resgate econômico já concedido a um país. A soma de recursos canalizados para o Estado grego equivale à quase metade do seu PIB.

Esse socorro, no entanto, traz consigo a necessidade de aplicação de medidas de austeridade sem precedentes. Assim, o governo grego aumentou impostos, demitiu servidores, cortou benefícios trabalhistas, alterou direitos previdenciários. Elas, entretanto, foram consideradas insuficientes. Houve, com isso, maior pressão externa para redução do déficit público de 15,6% para menos de 3% até 2014. Os percentuais são apertados. A crise de crédito se agravou e contaminou outras regiões da Europa. Os credores se impacientaram. A população foi às ruas. Cenas de violência se tornaram cotidianas e os choques entre manifestantes e a polícia resultou em mortos e feridos.

No romper de 2011, greve geral paralisou o país e levou 35 mil pessoas às ruas da capital em protesto contra o arrocho econômico. A crise, contudo, não apresentou sinais de melhora inobstante as medidas de austeridade.

h.





65930.14521

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

praticadas. A Grécia segue para o quarto ano de recessão. A comunidade internacional, de modo destacado os membros da União Europeia, passaram a considerar o calote da dívida grega. Em junho de 2011, novo aporte de recursos do FMI e do Fundo Europeu de Estabilidade Financeira (Feef) é direcionado ao país. Em precedente inédito na zona do euro, a Grécia passa a ser monitorada pelo Fundo.

Em meio aos imensos desafios econômicos, o país experimentou ainda maiores turbulências na política interna com a renúncia do primeiro ministro Papandreou. O quadro se agravou. O governo do ex-vice-presidente do Banco Central Europeu, Lucas Papademos, ampliou as medidas de austeridade, o que levou mais de 100 mil pessoas a protestar em fevereiro de 2012. Na sequência dessas manifestações, o parlamento grego aprovou legislação que acarretou a redução do orçamento do país em 1,5% do PIB. Essa medida era condição imposta pelo FMI para o recebimento de novo pacote de resgate.

O novo plano impôs, como contrapartida, a necessidade de o governo local reduzir a dívida pública de 165% do PIB para 121% até 2020. Por conta da exigência imposta pela UE, pelo FMI e pelo Banco Central Europeu (BCE) de gerar maior economia, mais um plano de austeridade foi posto em prática. Com isso, outra greve geral foi convocada no final do ano passado em protesto contra aumento de impostos, corte no salário do funcionalismo e nas aposentadorias e desregulamentação do mercado de trabalho.

A crise tem se revelado impiedosa. Desde seu início, em 2008, o PIB grego encolheu 20%. A dívida pública do país saltou de 113% para 170% do PIB e o déficit orçamentário chegou a 9,1% do PIB. Esse número representa três vezes o limite recomendado pelos países da UE. O resultado social mais tangível dessa situação foi o aumento no número de desempregados que passou de 8% para 25,4%. A Grécia, no entanto, não está só neste cenário devastador. É certo que sua situação é a mais aguda; não menos certo, entretanto, é que os demais países do grupo denominado PIIGS (Portugal, Irlanda, Itália e Espanha) também enfrentam problemas econômicos e sociais ciclóticos.

Nesse contexto, é razoável supor que nossa missão junto ao governo helênico há de experimentar numerosos desafios. Convém registrar que a comunidade de brasileiros naquele país conta com aproximadamente 5.000 residentes, que são assistidos pelo setor consular da Embaixada em Atenas, bem

h.





65930.14521

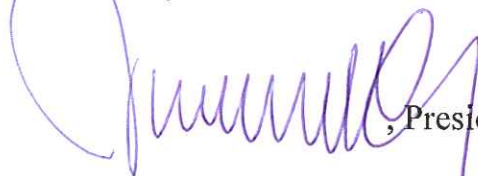
SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Cristovam Buarque

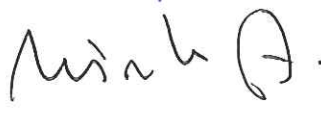
como pelos consulados honorários em Tessalônica e Pireu. Essa comunidade, tendo em conta o momento por que atravessa a Grécia, deve merecer atenção redobrada de nossos representantes junto ao governo local.

Para além disso, considerando as sólidas relações bilaterais estabelecidas há mais de cem anos, bem como o fato de o Brasil já ter experimentado em passado recente o duro remédio imposto por políticas de arrocho fiscal com suas pesadas consequências sociais, nosso país deve permanecer solidário ao povo e ao governo grego na busca de soluções socialmente mais justas aos desafios econômicos que enfrentam.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações no âmbito deste relatório.

Sala da Comissão, 18 de abril de 2013

, Presidente

, Relator

